



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 6, art. 5, p. 86-111, jun. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.6.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Contabilidade na Tomada de Decisão em Organizações do Terceiro Setor: Um Estudo a Partir da Visão da Gestão das Casas do Estudante de Curitiba

Accounting in Decision Making in Third Sector Organizations: A Study from the Point of View of the Management of Curitiba's Student Houses

Rosita Hirabara Parastchuk

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
E-mail: rositahp2@gmail.com

Allan Nicolas Neri da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
E-mail: allannicolasneri@gmail.com

Camila de Bastos El Semidi

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
E-mail: camila.semidi@gmail.com

Jéssica Cristina Hamm

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
E-mail: jc.hamm28@gmail.com

Sayuri Unoki de Azevedo

Doutora em Contabilidade pela Universidade de São Paulo - USP
Professora da Universidade Federal do Paraná - UFPR
E-mail: sayuri.unoki@ufpr.br

Endereço: Rosita Hirabara Parastchuk

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico,
CEP: 80210-170, Curitiba/PR, Brasil.

Endereço: Allan Nicolas Neri da Silva

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico,
CEP: 80210-170, Curitiba/PR, Brasil.

Endereço: Camila de Bastos El Semidi

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico,
CEP: 80210-170, Curitiba/PR, Brasil.

Endereço: Jéssica Cristina Hamm

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico,
CEP: 80210-170, Curitiba/PR, Brasil.

Endereço: Sayuri Unoki de Azevedo

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico,
CEP: 80210-170, Curitiba/PR, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 31/08/2023. Última versão
recebida em 18/09/2023. Aprovado em 19/09/2023.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a contabilidade é utilizada no processo decisório de associações do Terceiro Setor, sob a forma de Casa do Estudante, visando reconhecer a relação teórico-prática contábil utilizada nessas entidades, no processo de gestão e na tomada de decisões. Para isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com integrantes da administração de três casas estudantis, situadas na região de Curitiba: CEUC, CELU e CENIBRAC. Os dados obtidos foram analisados de forma qualitativa e descritiva. Os principais resultados obtidos foram de que a contabilidade no Terceiro Setor, para auxílio na tomada de decisão, se encontra deficitária e com a existência de uma má comunicação entre as partes, contabilidade terceirizada e associação, o que se reflete no fato de a contabilidade ser utilizada nessas Organizações do Terceiro Setor somente a título de obrigações fiscais. A contabilidade é vista como parte de uma burocracia da entidade, não entrando no processo decisório dessas organizações. Do ponto de vista dos gestores, no uso de suas atribuições para o processo decisório, foi possível notar a presença da contabilidade de forma pouco normatizada e de maneira informal. Como contribuição, a presente pesquisa apresentou evidências deficitárias da contabilidade dentro das Organizações do Terceiro Setor como instrumento de gestão.

Palavras-Chave: Casas do Estudante. Associações. Contabilidade.

ABSTRACT

The aim of this research was to analyze how accounting is used in the decision-making process of Third Sector associations in the form of Student Houses, in order to recognize the theoretical and practical accounting relationship used in these entities, in the management process and in decision-making. To this end, a semi-structured interview was conducted with members of the administration of three student houses located in the Curitiba region: CEUC, CELU and CENIBRAC. The data obtained was analyzed in a qualitative and descriptive manner. The main results obtained were that accounting in the Third Sector to aid decision-making is deficient and that there is poor communication between the parties, outsourced accounting and the association, which reflects the fact that accounting is used in these Third Sector Organizations only for tax purposes. Accounting is seen as part of the organization's bureaucracy and does not play a part in the decision-making process. From the point of view of the managers, in the use of their attributions for the decision-making process, it was possible to notice the presence of accounting in a non-standardized and informal way. As a contribution, this research presented evidence of the deficiencies of accounting within Third Sector Organizations as a management tool.

Key words: Student Houses. Associations. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor desempenha um importante papel na sociedade, uma vez que supre necessidades da área social em complementação à atuação do Estado. Segundo Tachizawa (2019, p. 6), “este setor ocupa espaços não preenchidos pelo Estado (Primeiro Setor) e pela atuação do setor privado, que enfatiza a comercialização de bens e serviços, a fim de atender a expectativas de um mercado comercial (Segundo Setor)”. Enquadram-se como Terceiro Setor as associações e fundações, que podem ser juridicamente divididas em: Organizações não Governamentais (ONGs) como entidades de natureza privada (não públicas) sem fins lucrativos, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) (TACHIZAWA, 2019).

As Organizações do Terceiro Setor (OTS) possuem grande importância no Brasil, pois elas são responsáveis por uma parcela significativa da representatividade das entidades do país que geram desenvolvimento social e ocupações para a população. Dados do IBGE (2016) revelam que as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos representaram 4,3% do total de organizações ativas no país, sendo responsáveis por 2,3 milhões de pessoas ocupadas assalariadas que ganharam em média R\$ 2.653,33 mensais. Entre as atividades desenvolvidas pelas OTS, o IBGE (2016) também aponta que 68,3% das entidades sem empregados formais eram dos grupos de Religião (37,5%), Desenvolvimento e Defesa de Direitos (16,4%) e Cultura e Recreação (14,3%). Ademais, entre as 3,7 mil instituições com 100 ou mais pessoas assalariadas, 37,7% desenvolveram atividades de Educação e Pesquisa e 34,3%, de Saúde.

Em específico, as associações são formadas por entidades compostas pela união de pessoas com interesses em comum que têm observado alguma necessidade em suas comunidades e se organizam para supri-la (SLOMSKI *et al.*, 2012). Nesse sentido, as Casas do Estudante formadas como associações e pertencentes às entidades dentro do Terceiro Setor, representam um importante papel para a sociedade, pois propiciam moradia e crescimento pessoal para aqueles que resolvem iniciar as atividades acadêmicas fora de sua cidade natal.

Em busca de um lugar, tanto para morar, quanto para desenvolver suas habilidades interpessoais, os moradores das Casas também encontram nelas um meio para a prática de atividade extracurricular. Elas atuam como influenciadoras no desenvolvimento do altruísmo, autoconfiança, autonomia, raciocínio, reflexão, competência social e vocacional, entre outros

conhecimentos de desenvolvimento pessoal, estimulando, dessa maneira, o senso coletivo e promovendo impacto social (SANTOS, 2020).

Uma das preocupações pertinentes às associações é a dificuldade de captação de recursos para a manutenção das suas atividades (SÁ FILHO, 2018). Os recursos podem ser obtidos por meio da comercialização de produtos, realização de eventos, doações, entre outros, mas a sua capacidade de manutenção financeira não define uma gestão eficiente, pois o que mantém as OTS são as boas relações e interações mantidas com os *stakeholders*, que são os responsáveis por manter as associações (RIBEIRO, 2019).

Diante disso, a contabilidade pode contribuir com informações relevantes para a tomada de decisão, possibilitando relações entre os agentes participativos na organização (SLOMSKI *et al.*, 2012), uma vez que evidencia a situação financeira da entidade e as ações a serem tomadas acerca dos dados mostrados, de forma direcionada para as principais dores da entidade, bem como propicia a organização a se planejar em longo prazo, a fim de assegurar a sua continuidade (FIGUEIREDO, 2013).

Nesse cenário, as demonstrações contábeis podem auxiliar nesse processo, prevendo o nível de recursos necessários para sua manutenção, identificando os riscos e incertezas, analisando se os recursos gastos se mantiveram dentro do orçamento, e se os recursos arrecadados estão de acordo com as exigências legais, tendo uma margem para verificar se os *stakeholders* se mantêm integrados à organização (LEONCIO, 2019).

Assim, considerando a relevância da contabilidade e suas ferramentas financeiras e patrimoniais relacionadas ao processo decisório para as organizações do terceiro setor, o presente estudo enuncia a seguinte questão de pesquisa: Como a contabilidade é utilizada no processo decisório de associações do Terceiro Setor sob a forma de Casa do Estudante? O objetivo da pesquisa consiste em analisar como a contabilidade é utilizada no processo decisório de associações do Terceiro Setor sob a forma de Casa do Estudante, visando reconhecer a relação teórico-prática contábil utilizada nessas entidades, no processo de gestão e na tomada de decisão.

O uso da contabilidade no Terceiro Setor denota algumas contribuições sociais, profissionais e acadêmicas. No que diz respeito à contribuição profissional, Alves e Bonho (2019) destacam que o profissional da contabilidade tem como objetivo, no campo administrativo da organização, fornecer relatórios com informações contábeis relevantes que auxiliam na gestão e desenvolvimento dos processos decisórios da organização. Desse modo, o contador tem um papel importante no desenvolvimento de informações transparentes e

fidedignas nas demonstrações que possibilitam à sociedade verificar o uso dos recursos por parte das organizações sem fins lucrativos.

A contabilidade apresenta ferramentas que podem contribuir para uma melhor transparência da destinação de recursos recebidos bem como fornecer informações que serão base para tomada de decisões dos gestores da entidade. Uma vez que têm como objetivo o alcance da continuidade e sobrevivência da organização, que é mantida através de recursos públicos doados, trabalhos voluntários e despesas compartilhadas, a contabilidade se faz necessária para a eficiência e clareza no processo, principalmente de prestação de contas (ALVES; BONHO, 2019).

Sobre a contribuição social do Terceiro Setor, o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p.37), afirma que “[...] a sociedade se organiza em associações e fundações, buscando, ao menos, amenizar a inoperância do Estado [...]. Os principais benefícios concedidos são a imunidade e a isenção de impostos e contribuições e a possibilidade do recebimento de recursos públicos [...]”. Com isso, os recursos obtidos dessa participação serão alocados ao objetivo final que corresponde ao desenvolvimento social, cultural e econômico do interesse comum da organização.

Já no que se refere ao contexto acadêmico, observa-se que mudanças nas perspectivas do setor proporcionaram o desenvolvimento da contabilidade dentro da área de estudo. De acordo com Albuquerque (2021), as pesquisas relacionadas ao Terceiro Setor evidenciam os desafios de relacionar esse campo em desenvolvimento com os estudos e avanços acadêmicos mais tradicionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Organizações do Terceiro Setor e Informação Contábil

De acordo com Tachizawa (2019), é de conhecimento comum que o Estado tem se mostrado impotente em suprir as necessidades, em especial na área social, da população brasileira. Esse fenômeno passa a ter maior destaque para a população, principalmente, a partir da Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, instituída no momento de redemocratização do Brasil após a ditadura militar. É nesse contexto que surge o Terceiro Setor, ocupando os espaços não preenchidos pelo Estado nas atividades sociais. Segundo Alves e Bonho (2019), o Terceiro Setor surgiu em conjunto com o primeiro setor (instituições governamentais) e com o segundo setor (empresas privadas com fins lucrativos).

O Terceiro Setor é composto por diversas organizações, que podem ser: sociedades civis sem fins lucrativos, organizações não governamentais, entidades filantrópicas, associações, fundações de direito privado, entre outras. Todas possuem como objetivo em comum a produção de bens e serviços públicos (FERNANDES, 1997). Sobre tal, podem ser reconhecidas governamentalmente por meio de títulos, certificados ou qualificações em todas as esferas do governo, podendo ser (no caso das federais): título de Utilidade Pública Federal (UPF); Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); Qualificação como Organização Social (OS); e Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (SLOMSKI *et al.*, 2012).

No entanto, conforme Costa et al. (2014), as Organizações do Terceiro Setor (OTS) enfrentam grandes desafios para proporcionar e garantir sua continuidade, pois são organizações que não visam ao lucro, mas buscam prover o bem-estar social por meio do desenvolvimento e atendimento das demandas sociais. Logo, possuem a característica de serem suportadas por redes formadas pelas interações com outras entidades, com diferentes interesses, e naturezas. Portanto, gerenciar os diversos conjuntos de exigências de todos os agentes que, de alguma forma, afetam o desempenho da organização é parte inerente ao processo decisório de seus administradores, sendo que seu bom funcionamento depende da habilidade de seus gerentes, em identificar e se relacionar com todos os chamados *stakeholders* (COSTA *et al.*, 2014).

Nesse sentido, como destacam Mário *et al.* (2013, p. 68), “(...) cabe à Contabilidade Gerencial, por meio de seus instrumentos, auxiliar essas instituições a gerirem melhor seus recursos e manter a sua continuidade”. Por isso, o papel da Contabilidade Gerencial pode trazer contribuições importantes para o âmbito de planejamento estratégico e gerencial de uma entidade, não somente às organizações de outros setores, mas em especial ao Terceiro Setor (MÁRIO *et al.*, 2013). Segundo esses mesmos autores, no que condiz ao escopo de ferramentas disponíveis para utilização, pode-se elencar o planejamento estratégico e orçamento e métodos de custeio, que auxiliam as organizações em seus processos de tomada de decisão.

A necessidade da contabilidade aplicada às organizações do terceiro setor mostra-se importante, no sentido de que o equilíbrio econômico e financeiro dessas entidades é requisito para a sobrevivência em longo prazo. Conforme Pace (2009), a gestão de uma entidade sem fins lucrativos se diferencia da forma de gestão de empresas privadas e de organizações públicas. Segundo o autor, no setor não lucrativo deve haver a adaptação das técnicas de gestão utilizadas no setor lucrativo, já que nesse a gestão é voltada em como dividir a riqueza

obtida entre as partes interessadas no negócio, e como garantir sua vantagem competitiva, reduzindo custo e realizando a gestão do conhecimento.

Corroborando, Mário *et al.* (2013) retratam, como resultado de sua pesquisa sobre a utilização de ferramentas contábeis em instituições do Terceiro Setor, que as entidades de maneira geral apresentam entendimento acerca do planejamento estratégico, porém pouco conhecimento acerca da contabilidade gerencial, logo, desconhecendo os objetivos para exercer o planejamento estratégico. Os autores perceberam que as entidades analisadas utilizam a contabilidade somente para fins fiscais, o que, segundo eles, demonstra o efeito de regras ou normas fiscais e tributárias. A prestação de contas anual, exigida pelo governo, acaba inibindo a realização de um planejamento que venha a abranger um período maior.

Segundo Portulhak *et al.* (2017), a maior parcela dos recursos das OTS é gerada pelas próprias entidades, estando em seguida os recursos obtidos junto a doadores privados e, ao final, recursos do Estado. Nesse sentido, a prestação de contas deve buscar atender às necessidades informacionais das diversas partes relacionadas com a organização, em especial no que diz respeito ao fato de que a qualidade das informações prestadas pela entidade pode influenciar na decisão do doador individual em fornecer ou não recursos para determinada instituição.

As entidades do Terceiro Setor necessitam, portanto, prestar contas ao Estado, aos doadores, aos membros da organização que atuam como voluntários, à mídia, aos parceiros, e à sociedade em geral, que demandam informações a respeito das atividades exercidas. As OTS, desse modo, agem no sentido de captar recursos em prol de um determinado interesse público, e por isso necessitam obter legitimidade diante desses atores externos e da população, sendo a prestação de contas uma ferramenta para legitimar as ações dos gestores na condução das atividades promovidas (PORTULHAK *et al.*, 2017).

Diante desse contexto, o Quadro 1 apresenta os constructos que foram elaborados, conforme a literatura, para serem utilizados como meio de análise da pesquisa.

Quadro 1 - Constructos para as análises da pesquisa

Constructos	Descrição	Referências
Percepção de valor das informações contábeis no contexto das entidades do Terceiro Setor	Conforme referencial teórico, a contabilidade gerencial tem função de planejamento, controle e tomada de decisão, ajuda a identificar riscos e fraquezas na entidade, a fim de garantir sua continuidade. Sendo assim, as informações contábeis são fundamentais para tomada de decisão nas entidades. Porém, na prática, os gestores, por mais que bem intencionados, não possuem o conhecimento para analisar essas informações contábeis e isso acaba prejudicando as associações. Com isso, esse constructo visa analisar o uso e a visão dos gestores sobre	Pace (2009); Souza et al. (2017); Innocenti e Gasparetto (2021).

	as informações contábeis, por meio da entrevista semiestruturada, e investigar as ferramentas contábeis utilizadas.	
Prestação de contas no Terceiro Setor	Como a maior parte dos recursos das OTS são gerados por elas mesmas, seguidas de entidades terceiras, a prestação de contas acaba por ter importante papel no atendimento às necessidades informacionais das diversas partes relacionadas com a organização. Porém, normalmente, as demonstrações contábeis não contribuem com informações que suportem a tomada de decisão. Associado a isso a ausência de um Contador, na maioria das Organizações da Sociedade Civil, sugere que as Normas Brasileiras de Contabilidade não são fielmente cumpridas, e pouca atenção é dada à precisão das demonstrações contábeis. Visto isso, esse constructo busca averiguar se a prestação de contas nestas organizações do Terceiro Setor é realizada e de que forma, e ainda se essas informações computadas têm alguma utilidade.	Portulhak et al. (2017); Piza et al. (2012).
Gestão de recursos e <i>stakeholders</i>	Os <i>Stakeholders</i> são todos aqueles que podem afetar a conquista dos objetivos de uma entidade, ou que são de alguma forma impactados pela realização de tais objetivos. Segundo os autores, existe uma relação de poder e influência de um <i>stakeholder</i> sobre uma entidade, podendo assim determinar os cursos dessa organização, tudo dependendo da sua natureza. Logo, esse constructo tem como finalidade identificar as formas de tomada de decisão acerca do dinheiro nas organizações da pesquisa e qual a influência dos <i>stakeholders</i> nessas decisões.	Freeman e Reed (1983); Costa et al. (2014).

Fonte: Dados da Pesquisa

2.2 Casa do Estudante

As Casas do Estudante podem ser organizações autônomas autogeridas pelos próprios moradores, cujo objetivo principal é alojar estudantes de cursos preparatórios de pré-vestibular, graduação, pós-graduação e do ensino técnico pós-médio, a depender de cada organização. Alunos esses que residem fora do município de estudo, sem distinção de raça, credo, orientação sexual ou ideologia, a fim de oferecer abrigo e um ambiente propício para o desenvolvimento de sua personalidade, aptidão e espírito de solidariedade. Dentre os tipos de Casa do Estudante, existem as que se constituem sob forma de associações, ou seja, Terceiro Setor, em que são entidades privadas sem fins lucrativos, que visam ajudar a comunidade estudantil em situação de vulnerabilidade socioeconômica a encontrar um lugar no qual possam se abrigar durante seu período de estudo (CELU, 2010).

De maneira geral, as Casas do Estudante possuem administração própria, cuja subdivisão pode considerar: Conselho Administrativo, Conselho Deliberativo e departamentos, bem como outras subdivisões, caso necessário, de acordo com a atividade desenvolvida e especificidades. As casas devem possuir um Regimento Interno e um Estatuto Social nos quais deverão constar todos os direitos e deveres dos moradores. Cada região possui seu próprio formato de estatuto, sendo obrigatório constar o que se pede em cada

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de acordo com a cidade em que a Associação está situada. Visto isso, seu funcionamento é regido por reuniões que se dividem em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias nos quais as decisões acerca da Casa do Estudante são tomadas pelos próprios moradores por meio de votações, além das reuniões internas de cada departamento (CELU, 2010).

As Casas do Estudante não são somente moradias para os estudantes, mas também um lugar para que os moradores aprendam a dividir o espaço com outras pessoas e a respeitar opiniões diferentes. Com isso, é possível desenvolver um senso de compreensão essencial para a formação de amizades com pessoas de culturas e crenças diferentes, ao mesmo tempo em que se formam laços (CELU, 2010). Essas moradias são importantes meios para que possa haver as discussões acerca de valores, crenças, debates políticos, entre outros assuntos, ajudando na formação do ser e dando forma a pensamentos reflexivos e críticos acerca de diversos assuntos e principalmente acerca da sociedade (ALMEIDA; HINTERHOLZ, 2019).

Além disso, elas desempenham um papel importante de responsabilidade social em que necessitam interagir com a sociedade de maneira a promover a cidadania e a importância da sua existência. Com isso, as Casas do Estudante criam suas próprias atividades, seja por meio de ações ligadas a campanhas de doações de roupas e agasalhos para comunidades carentes, brinquedos e jogos para as crianças, atividades de cunho artístico e cultural para a comunidade, ações de conscientização para prevenção do câncer de mama (outubro rosa), doação de sangue, entre outros eventos. A realização de eventos para a comunidade externa, além de proporcionar para os cidadãos algum bem-estar, também é uma forma de arrecadação de recursos para manter o funcionamento e a estrutura das Casas. Percebe-se, portanto, que essa relação com os *stakeholders* é muito importante para conseguir concretizar os objetivos propostos e também para o sucesso da associação, pois é por meio dos *stakeholders* que são realizadas as divulgações, doações e participações (ALMEIDA; HINTERHOLZ, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa quanto aos objetivos se classifica como descritiva e, em relação ao problema, se enquadra como qualitativa. A coleta de dados ocorreu mediante a realização de entrevistas semiestruturadas, embasadas em um roteiro pré-definido e realizadas com integrantes da Administração e Conselho Fiscal de três casas estudantis na região de Curitiba – PR, sendo elas: CEUC, CELU e CENIBRAC. Ao todo foram realizadas onze entrevistas cujos dados foram analisados por meio do emprego da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Para a análise, seguiram-se três polos cronológicos sugeridos por Bardin (2016): (I) pré-análise; (II) exploração do material; e (III) tratamento dos dados, inferência e interpretação. Na fase da pré-análise, foram selecionados exhaustivamente os materiais a serem analisados, como a transcrição das entrevistas semiestruturadas, estatutos fornecidos pelas Casas e embasamento teórico. Com isso, teve-se a triangulação dos dados na qual, além da regra da exaustividade, empregou-se também a homogeneidade, ou seja, utilizou-se documentos sem demasiada singularidade, cujos critérios foram homogêneos a todas as análises, bem como foram formulados os objetivos, hipóteses e categorias (constructos). Entende-se por hipótese uma afirmação provisória que se propôs a verificar, recorrendo aos procedimentos da análise; já por objetivo entende-se ser a finalidade geral proposta pelo estudo. Durante a pré análise, iniciou-se o processo de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e da modalidade de codificação para o registro dos dados. Com relação à preparação do material, as entrevistas transcritas foram impressas para facilitar a codificação.

Para o processo de codificação, que corresponde à atividade de transformar sistematicamente os dados e agregá-los em unidades, para garantir uma representação do conteúdo de forma exata, há três escolhas conforme Bardin (2016). A primeira se refere ao recorte ou escolha das unidades; a segunda da enumeração e escolha das regras de contagem; e a terceira, da classificação e agregação com a escolha das categorias. As unidades de registro utilizadas foram de palavras-chave e palavras-temas, analisando, assim, os chamados “núcleos de sentido” dentro do texto; em seguida, sendo também muito importante para a análise avaliativa, utilizaram-se as unidades de contexto, que foram usadas para a compreensão do código utilizado, ou seja, a frase para a palavra e o parágrafo para o tema. Dentro da unidade de contexto, utilizou-se a regra de coocorrência para a enumeração, a fim de distinguir as unidades de registro e conseguir realizar a sua contagem. Coocorrência nada mais é que a simultaneidade entre duas ou mais palavras em um mesmo contexto (BARDIN, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Constructo 1 – Percepção de Valor nas Demonstrações Contábeis no Terceiro Setor

A contabilidade gerencial tem como função a elaboração e apresentação de relatórios, cujo objetivo específico é direcionar aos seus principais usuários internos o subsídio ao

procedimento de tomada de decisão, sem necessariamente seguir uma regra, mas tendo como foco atender à demanda interna. A condição que a contabilidade possui de antever o futuro proporcionada pela informação fornecida é fundamental para garantir a continuidade das organizações (ROCHA; PINHO, 2017).

Diante disso, esse constructo visa analisar o uso e a visão dos gestores sobre as informações contábeis, por meio da entrevista semiestruturada e análise dos estatutos de cada associação. A partir dos dados coletados, observam-se as seguintes premissas: (i) identificar as ferramentas contábeis mais utilizadas e respectiva percepção de relevância para cada gestor; (II) a contabilidade é utilizada para fins fiscais, portanto, sua utilização para tomada de decisão é restrita a ferramentas básicas de planejamento, como orçamento, balancete e fluxo de caixa; (III) existe um distanciamento entre as associações e a contabilidade externa que provê serviços, ocasionando problemas de tempestividade no recebimento das informações.

Conforme pesquisa na literatura atual sobre o tema, uma das maiores características das organizações do terceiro setor é o fato de serem dirigidas por gestores não profissionais da área, que, por mais que bem-intencionados, não observam, por exemplo, o valor sobre os benefícios do planejamento estratégico (MÁRIO *et al.*, 2013). Nesse sentido, conforme dados extraídos da pesquisa, noções acerca de objetivos em longo prazo das entidades não são traçados no papel, ocorrendo o enfoque em objetivos de curto e médio prazo, geralmente ligados à melhoria das instalações das casas. Em paralelo a isso, os indivíduos que ocupam cargos de gestão nas associações analisadas são todos estudantes das mais variadas áreas, como matemática, engenharia e *design*.

Para a análise desse constructo, foram utilizadas as seguintes unidades de contexto: Burocracia, Tempestividade; e as unidades de registro: Fluxo de Caixa, Inventário, Orçamento e Balancete; e a frequência encontrada foi: Burocracia: (12); Tempestividade: (7); Fluxo de Caixa: (19); Inventário: (20); Orçamento: (87) e Balancete: (13).

Com base na análise das transcrições das entrevistas, é notável que se atribui à contabilidade a finalidade fiscal, em outras palavras, a de manter o CNPJ ativo, isso como efeito de, segundo a pesquisa teórica, regras ou normas fiscais e tributárias (MÁRIO *et al.*, 2013). A exigência da prestação de contas anual pelo governo acaba inibindo a realização de um planejamento que venha a abranger um período maior; concomitantemente, o período de gestão de um ano em cada casa por cargo na gestão, corrobora para esse fato. Processos contábeis são tidos, portanto, como burocracias, conforme revelam os seguintes trechos das entrevistas:

A gente acaba é digitalizando todas as notas, todos os gastos e acaba fazendo um montante de arquivo e mensalmente eles são enviados pro nosso contador que acaba fazendo o procedimento, acho que mais **burocrático** da coisa.

Eu diria que as principais ações que ele faz é realmente esse papel de contador de enviar as **guias necessárias** que a gente precisa pra continuar com a casa.

Ao analisar a unidade de contexto referente à tempestividade, buscou-se identificar como a informação contábil é recebida pelas associações e a forma com que ela se mostra disponível para os tomadores de decisão, a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Os resultados demonstram que é feito um controle das despesas e valores que a entidade recebe por meio das mensalidades, porém, não há nenhum retorno na forma de demonstrativos contábeis por parte da contabilidade externa, e trabalham com o gerenciamento de pendências frente aos órgãos como Receita Federal e Prefeituras. Os relatos indicam, por exemplo, multas que receberam durante o período de pandemia de COVID 19, em que a maioria dos estudantes haviam retornado a suas cidades natal, e que foram se acumulando até chegar a um grande montante. Essa ocorrência se liga à percepção da contabilidade estritamente como finalidade fiscal, e a não tempestividade de informações que afetariam a tomada de decisão.

É assim, é meio que só exige as notas fiscais e, é faz a folha de pagamento da funcionária que a gente tem e assim é essa parte dele auxiliar com alguma coisa que é um pouco complicado porque assim já chegou de tipo, ah vocês têm tantas multas pra pagar e vence mês que vem, sendo que isso é bem antigo e ele já é uma contabilidade que já é antiga da Casa; então ela já está acostumada com a mudança de gestão e sabe como é que funciona. E essa parte é um pouco, é deficiente assim de **comunicação**, de tipo alguma **coisa que chega e a gente acaba sabendo no susto assim**. É um pouco complicado.

Conforme Piza *et al.* (2012), as principais demonstrações contábeis não contribuem com informações que suportem a tomada de decisão em organizações do terceiro setor, já que existe a falta de recursos internos e consequente falta em contabilizar receitas e despesas no período de ocorrência. Com isso, os autores sugerem a necessidade de normas de contabilidade mais aderentes à realidade do terceiro setor. Nesse contexto, o demonstrativo contábil citado nas entrevistas é o balancete, cuja percepção dos gestores se limita à representação das entradas e saídas de dinheiro na entidade.

Já quando existe a citação acerca de fluxo de caixa, os gestores entendem ser o fluxo do dinheiro frente às necessidades da organização, o que reflete o estatuto da associação.

Então ali a diretoria pode acabar aprovando em conjunto um gasto que acaba não onerando muito o morador acaba não influenciando o **fluxo de caixa**, a gente acaba passando pela instância superior, diretoria, conselho superior. E algo que, atrapalhe nosso semestre, nosso orçamento previsto, a gente acaba passando pra assembleia pra gente se organizar com o imprevisto.

Seção II das competências do Conselho Fiscal.

Art. 57 parágrafo 1º Examinar em qualquer tempo os livros e papéis da CELU e o **estado de caixa**, devendo a Diretoria e eventuais liquidantes fornecer-lhes todas as informações necessárias ao bom desempenho de suas funções.

Com relação ao inventário, em outras palavras, à relação de todos os bens materiais que a entidade tem em seu poder, percebe-se que as três casas analisadas entendem a importância desse controle para a gestão da associação, porém nenhuma delas o mantém atualizado. Quando percebem a necessidade de troca de algum bem material, o fazem, mas sem deter um controle sobre.

A gente tem um estatuto, onde há a necessidade desse **inventário** de cada bem da CEUC. Porém, isso é uma política que vem seguindo e acompanhada pelas gestões passadas. É uma pendência dessa gestão fazer o levantamento de todos os bens da CEUC, mas até o momento isso não foi encaminhado, mas está previsto no estatuto o levantamento dos bens da CEUC.”

O orçamento, conforme Alves e Bonho (2019), corresponde a uma ferramenta de gestão que representa um planejamento geral das operações, orientado conforme os objetivos traçados pela entidade do terceiro setor mediante sua direção, para um período específico de tempo. De acordo com os resultados das entrevistas semiestruturadas, a percepção acerca do conceito de orçamento não é algo institucionalizado como uma ferramenta de gestão em duas das três casas analisadas, já que a percepção acerca desse tema é tida como a comprovação do menor valor de compra para determinada aquisição.

As reformas, consertos estruturalmente falando, a gente também tem que discutir entre os conselhos, até porque, o que se pede é ter pelo menos três **orçamentos** né. Isso para ver se um tá mais caro ou se esse outro tá mais barato, se a qualidade está envolvida no preço. Então, tudo que a gente pede é esses três **orçamentos** para poder aprovar alguma das coisas, né.

Em apenas uma das Casas do Estudante analisadas, entende-se que o orçamento é tido como instrumento de planejamento, já que nele se baseia semestralmente o rateio da mensalidade a ser paga pelos estudantes e é efetuado o chamado documento de “planos e metas”.

Diante disso, as entrevistas semiestruturadas realizadas revelam o distanciamento entre a contabilidade e a gestão das Casas do Estudante e a baixa percepção de valor acerca das ferramentas contábeis disponíveis para planejamento e tomada de decisão.

4.2 Constructo 2 – Prestação de Contas no Terceiro Setor

Conforme metodologia de análise de conteúdo utilizada, no segundo constructo “Prestação de Contas no Terceiro Setor”, separamos duas unidades de contexto, sendo elas: Prestação de Contas e Comprovantes de Pagamentos/Notas Fiscais. Os resultados obtidos nas análises das entrevistas permitiram identificar a frequência dos códigos mais apresentados nos relatos dos entrevistados. A frequência encontrada foi de: Comprovantes de Pagamentos/Notas Fiscais: 33 e Prestação de Contas: 24.

Buscou-se encontrar com esse constructo a relação que a contabilidade possui com as Casas, no que tange às suas responsabilidades, e se há, de fato, o cumprimento das obrigações fiscais, como o de prestar contas, de que forma ela é feita, e se as elas são vistas como úteis para essas entidades.

Com isso, observou-se nas frequências obtidas que “Comprovantes de Pagamentos/Notas Fiscais” foi o código mais identificado nas entrevistas. Nesse sentido, no que tange ao código, todos cumprem as regras do estatuto sobre o controle das notas fiscais. Isso implica diretamente a relação com os outros moradores, já que o próprio controle das notas fiscais tem a finalidade de repassar à Casa como o dinheiro foi gasto, demonstrando controle interno e a gestão dos recursos da Casa do Estudante.

Diante disso, torna-se evidente a existência de um monitoramento, controle e fiscalização de tudo que entra e sai da entidade, como forma de concretizar a confiança, evidenciando a rede de *stakeholders* das OTS, a transparência sob as informações de onde seu dinheiro/esforço está sendo aplicado (SOUZA *et al.*, 2017).

Portulhak *et al.* (2017) cita sobre a necessidade que as OTS possuem de prestar contas ao Estado e a todos os *stakeholders* envolvidos com a organização, pois existe a necessidade de se examinar a veracidade das informações a respeito do andamento das atividades desenvolvidas pela associação; do mesmo modo, a associação precisa dessa legitimidade diante dos atores externos e da população. Visto isso, a segunda unidade de contexto “Prestação de Contas” vem justamente para provar a condução legítima promovida pelos gestores das Casas do Estudante. No que tange à pesquisa, foi constatado que as Casas do

Estudante, com exceção à CEUC, cumprem esse papel de prestação de contas junto a um contador.

Porém, foi possível notar que a relação das Casas de Estudante com a contabilidade terceirizada apresenta algumas falhas na comunicação entre as partes, prejudicando, assim, o cumprimento da prestação de contas, sendo que todas as Casas do Estudante possuem contabilidade terceirizada. Foi identificado que na CEUC existe uma dúvida quanto à prestação de serviço que a contabilidade fornece ou deveria fornecer; devido a isso, não foi possível identificar, por meio das entrevistas, se de fato existe a prestação de contas nessa Casa. Entretanto, o que de fato podemos constatar é que existe uma prestação interna realizada pela própria gestão a título de controle próprio e da obrigatoriedade para com o estatuto.

As demais Casas analisadas seguem normalmente com a prestação de contas, conforme solicitado pelo contador, fato possível de ser verificado tanto por meio das entrevistas realizadas como por meio de seus estatutos, conforme pode ser observado nos trechos da Quadro 2:

Quadro 2 - Trechos dos estatutos a respeito da prestação de contas

Estatuto da CELU	Estatuto da CENIBRAC
Título XI- “DAS DISPOSIÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS”, capítulo I “DO EXERCÍCIO ASSOCIATIVO” art. 103 - “O exercício associativo terá a duração de 1 (um) ano, findo o qual se efetuará, com base na escrituração contábil, um balanço geral de acordo com as prescrições legais.”	Capítulo II “DA ADMINISTRAÇÃO DA CASA” art. 5º: “A CASA DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA fará a gerência financeira independente do caixa central do NIKKEI-CURITIBA mantendo, para tanto, um livro caixa e contas bancárias específicas.” Em conjunto com o trecho do art. 9º “A contabilização de toda a atividade financeira e econômica da Casa será realizada no ‘NIKKEI-CURITIBA’.”

Fonte: Dados da Pesquisa

4.3 Constructo 3 – Gestão de Recursos e Stakeholders

Dentro da categoria “Gestão de Recursos e Stakeholders”, foram utilizadas as seguintes unidades de contexto: *Stakeholders* Internos, *Stakeholders* Externos e Planejamento Estratégico. A frequência com que elas aparecem nas entrevistas foi a seguinte: *Stakeholders* Internos: Assembleia (91); Moradores(as) (91); Diretores (10); Diretoria (57); CA/Conselho Administrativo (10); Departamento/Departamentos (118); Total: 377. *Stakeholders* Externos: CS/Conselho Superior (30); Igreja/Igreja Luterana (11); UFPR (25); NIKKEI/Diretoria (16); Total: 82. Planejamento Estratégico: 36.

O objetivo desse constructo seria verificar como o dinheiro dessas associações é gerido e qual seria a influência que os *Stakeholders* teriam dentro desse cenário. O que se espera com essa análise é observar se em algum aspecto existem informações as quais esses gestores usam que sejam de caráter contábil ou tenham sua influência, e de que forma seriam ou não utilizadas. Consideraram-se as respostas das entrevistas transcritas, o referencial teórico e o Estatuto (registro do ato constitutivo) que regem essas associações e ditam as regras de como as funções devem ser desempenhadas dentro das três Casas, a fim de analisar se todas possuem consenso quanto ao modo de gerir o dinheiro de uma Casa do Estudante em um mesmo contexto.

Podemos notar que a unidade de registro que aparece com mais frequência é o código “*Stakeholders* Internos” e em seguida “*Stakeholders* Externos”, o que comprova sua importância nas organizações do Terceiro Setor, pois, conforme explicitado por Costa *et al.* (2014), existe uma relação de poder e influência que um *stakeholder* tem sobre uma entidade, que pode determinar o curso das ações tomadas pela organização. É importante salientar que *stakeholders*, segundo Freeman e Reed (1983), são todos aqueles que podem afetar a conquista dos objetivos de uma entidade, ou que são de alguma forma impactados pela realização de tais objetivos. Nas Casas do Estudante é possível notar isso, pois as decisões giram em torno dos seus moradores, que são um grupo dos *stakeholders*, mas também existe uma entidade terceira que exerce influência sobre essas organizações.

Com isso, nas transcrições das entrevistas foi possível identificar a relevância dos *Stakeholders* nas tomadas de decisões acerca do dinheiro das casas do estudante, pois esses são os principais gestores dessas entidades que, conforme analisado, são divididos em três grupos decisórios:

1º Decisões entre *stakeholders* internos da gestão: O próprio Conselho Administrativo/Diretoria decide.

2º Decisões entre todos os *stakeholders* internos: todos os moradores decidem em Assembleia (quando envolve o dinheiro dos moradores da casa, ou seja, que vai sair do bolso dos moradores, pois vai para o rateio, todos devem votar).

3º Decisões entre *stakeholders* internos e externos: Quando o gasto é muito grande e exige uma avaliação e autorização da entidade terceira responsável para poder realizar o gasto. Segue entidades responsáveis de cada Casa: Conselho Superior (CELU); Nikkei (CENIBRAC); UFPR (CEUC).

Por meio do Estatuto disponibilizado pelas Casas, foi possível comprovar o que foi dito em entrevista a respeito de suas responsabilidades, sendo nas três casas atribuição do

presidente assinar, em conjunto com o tesoureiro, as documentações que sejam pertinentes à movimentação financeira. Seguem os trechos na Quadro 3 de parte do estatuto das três Casas, que mencionam essa responsabilidade:

Quadro 3 - Trechos dos estatutos das três casas sobre a responsabilidade dos presidentes

Estatuto da CELU	Estatuto da CENIBRAC	Estatuto da CEUC
Art. 47, na seção “IV – Assinar juntamente com o primeiro tesoureiro as documentações pertinentes à movimentação financeira;”.	Art. 51, alínea j) “Assinar juntamente com o 1º Tesoureiro os documentos referentes à gestão financeira da CENIBRAC, e assinar juntamente com o 1º Secretário os documentos da secretaria da CENIBRAC;”.	Art. 21, alínea II “Assinar junto com a Tesoureira o recebimento de verbas, taxas ou qualquer recurso externo destinados à CEUC;”.

Fonte: Dados da Pesquisa

Ainda conforme o Estatuto, fica explicitado que as decisões, quando envolvem dinheiro dos moradores da Casa do Estudante, são discutidas em Assembleia e decididas por todos os envolvidos; isso pode ser observado em exemplo de regimento da CENIBRAC, Capítulo VIII- “DAS ASSEMBLEIAS”, art. 39 “As deliberações das Assembleias serão tomadas pela maioria dos presentes, através do voto.” Mencionando também que:

§5º - O morador provisório só poderá votar caso a decisão envolva diretamente a utilização do dinheiro da CENIBRAC, o que engloba movimentações no fundo de reserva, conta bancária, caixa do CA, grêmio e decisões que digam respeito a despesas pagas com dinheiro dos moradores, como rateio e multas.

No estatuto da CEUC, no capítulo II, "A ASSEMBLEIA GERAL", em parágrafo único, diz: “Decisões tomadas em assembleia vinculam a Diretoria, C.D.F. e demais moradoras.” Ainda no art. 7º:

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas: I - Por 2/3 (dois terços) das moradoras efetivas presentes para reforma do Estatuto e Eleições; II - Com a maioria simples das moradoras efetivas e não-efetivas presentes à reunião para assuntos de ordem geral. §1º. Cada moradora terá direito a um voto, ficando vetado o voto por procuração. §2º. Cada alojanda terá direito a um voto nas deliberações que disserem respeito ao Alojamento.

E na CELU, no título VI “DAS FORMAS DAS DECISÕES”, art. 23 do estatuto é citado:

Adotam-se três formas pelas quais as decisões dos órgãos serão tomadas:
I - Decisão por maioria absoluta;
II - Decisão por maioria simples;

III - Decisão por unanimidade.

§1º - Nos termos do presente Estatuto, a 'decisão por maioria absoluta' é aquela tomada pela metade mais um dos membros integrantes de um determinado órgão.

§2º - Nos termos do presente Estatuto, a 'decisão por maioria simples' é aquela tomada pela metade mais um dos membros que se encontrarem presentes na reunião convocada, respeitando por outro lado o quórum mínimo estipulado para se instaurar a respectiva reunião.

§1º - Nos termos do presente Estatuto, a 'decisão por unanimidade' é aquela tomada pela totalidade dos membros integrantes que se encontrarem presentes na reunião convocada, respeitando o quórum mínimo para se instaurar a respectiva reunião.

Para confirmar a aplicação do que citam esses trechos em estatuto, foram analisadas algumas atas da Casa do Estudante que acabam por confirmar a fala dos entrevistados e o que se estabelece em estatuto acerca dessas decisões.

Já o papel dos “*Stakeholders* Externos” dentro dessas associações é mais pontual, uma vez que também participam do processo decisório das Casas quando o assunto envolve um grande volume de dinheiro e condições mais estruturais à organização. Nesse caso, cabe a essas entidades avaliarem se aprovam ou não o gasto do recurso financeiro. No estatuto, os trechos nos quais se encontram essas afirmações se encontram na Quadro 4:

Quadro 4 - Trechos dos estatutos sobre *Stakeholders* Externos

Estatuto da CELU	Estatuto da CENIBRAC	Estatuto da CEUC
Capítulo II “DO CONSELHO SUPERIOR (CS)”, Seção III, art. 41, alínea VIII “Autorizar despesas extraorçamentárias, oriundas do fundo de reserva;”	Capítulo II “DA ADMINISTRAÇÃO DA CASA”, art. 6º: “A CASA DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA manterá um fundo de reserva próprio que só poderá ser usado para fins específicos de interesse da casa, sob supervisão do NIKKEI-CURITIBA.”	Capítulo IV “DA DIRETORIA EXECUTIVA”, art. 20, alínea XI, “Defender a manutenção e melhorias estruturais do imóvel junto à UFPR e cobrar o cumprimento dos acordos estabelecidos entre a instituição e a CEUC;”

Fonte: Dados da Pesquisa

Em seguida, temos a unidade de registro “Planejamento Estratégico”, em que se buscou identificar se as gestões dessas Casas tinham um planejamento de curto, médio ou longo prazo, no momento da elaboração de suas propostas para a candidatura aos cargos da Gestão, e como seriam elaboradas as propostas de melhorias que envolvessem valor monetário. O que se pôde obter por meio das entrevistas é que as Casas do Estudante, em específico, não possuem planejamento a longo prazo, somente curto prazo, pois seus mandatos duram um ano, portanto, seria difícil manter algo a longo prazo. No estatuto é possível confirmar a determinação dessas gestões de duração de um ano, conforme Quadro 5:

Quadro 5 - Trechos dos estatutos sobre Planejamento Estratégico

Estatuto da CELU	Estatuto da CENIBRAC	Estatuto da CEU
Capítulo I “DA ASSEMBLEIA GERAL (AG)”, art. 30: “A Assembleia Geral Ordinária será realizada: I – Anualmente: a) para eleição e posse da Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Superior, Conselho Fiscal e dos Diretores de Departamento, cuja forma de votação será secreta;”	Capítulo XIV “DOS MANDATOS”, art. 84 da CENIBRAC, “Os mandatos do Conselho Administrativo e do Conselho Deliberativo serão de 01 ano.”	Capítulo V “DAS ELEIÇÕES”, art. 38: “Todos os cargos providos de eleições terão mandato de 01 (um) ano, podendo o mesmo ser reconduzido uma vez, com exceção dos cargos de Primeira e Segunda Tesoureiras, que não poderão exercer um segundo cargo de tesouraria, observando-se o disposto no artigo 33, §1º.”

Fonte: Dados da Pesquisa

Vale ressaltar um adendo para a CEUC, que possui uma forma de gestão um pouco diferente das demais Casas, uma vez que sobre melhorias estruturais e dispêndio de valores monetários maiores, cabe mais à UFPR decidir a respeito e gerir essas atividades, diferentemente das outras duas entidades que possuem mais autonomia nessa questão. Mas para além disso, podemos encontrar também outra explicação para a restrição desses planejamentos em que, de acordo com Pereira *et al.* (2013), a gestão financeira estratégica possui uma fragilidade no Terceiro Setor, devido aos orçamentos baseados em fluxos de caixa de curto prazo, não havendo uma conexão com o planejamento estratégico. Isto é, a maior parte dos planejamentos elaborados são muitas vezes realizados com base em visão de melhoria, mas sem olhar para o fluxo de caixa e o que ele poderia proporcionar. Isso acontece, segundo Pereira *et al.* (2013), pela não linearidade nas receitas recebidas, ocasionando uma maior dependência dos *stakeholders*, tornando-se sua principal fonte de recursos.

Podemos dizer que o primeiro constructo, “percepção de valor das informações contábeis”, se relaciona com o terceiro “gestão de recursos e stakeholders”, uma vez que a forma com que as Casas percebem essa informação e como as utilizam faz com que seja a forma com que os estudantes façam a gestão do dinheiro dessas entidades. Por exemplo, o orçamento é uma das ferramentas que as Casas usam como informação contábil e a forma como essa ferramenta é usada é a sua percepção. Por meio das análises, foi possível observar que o resultado que o orçamento traz, na forma de três orçamentos, implica a maneira de gerir o dinheiro da entidade, isto é, na gestão de recursos e nos meios de decidir como usar o dinheiro da Casa, que demonstrou não utilizar a contabilidade para a sua realização.

Por sua vez, o segundo constructo, “prestação de contas no terceiro setor”, relaciona-se com ambos, pois ele traz à tona o que de fato a contabilidade fornece a essas organizações e qual a visão evidente que os estudantes/gestores dessas casas têm sobre contabilidade em si.

Na análise, ficou claro que a contabilidade é vista na sua maior parte como uma burocracia a ser tratada. Desse modo, podemos notar que as Casas do Estudante não conhecem a respeito dos usos que a Contabilidade possui para as suas tomadas de decisões. Segundo Pace (2009), existe uma especificidade nas OTS em relação aos conceitos e técnicas de gestão, justamente por se tratar de um setor não lucrativo; então é preciso conhecer bem sobre a organização para conseguir utilizar as ferramentas que a contabilidade pode proporcionar. De acordo com Rocha & Pinho (2017), a finalidade da contabilidade é fornecer informações que permitam aos seus usuários extrair e usar informações para que possam fazer o melhor gerenciamento dos recursos de sua entidade e, conseqüentemente, tomar as melhores decisões. As três Casas necessitam dessas informações e abordam à sua maneira, sendo que o estudo traz uma reflexão quanto à continuidade das associações do Terceiro Setor sob a forma de Casas do Estudante.

4.4 Proposta Existencialista

Conforme resultados encontrados a partir da análise de três associações do Terceiro Setor sob a forma de Casas do Estudante, percebe-se um sistema deficitário da contabilidade para fins de tomada de decisão, bem como as dificuldades enfrentadas na gestão desses tipos de organizações, em específico as Casas do Estudante de Curitiba. Os achados permitiram compreender que esse tipo de associação carece de suporte para que possa dar prosseguimento às suas atividades, que são elaboradas de forma autônoma e voluntária. Essas associações enfrentam como principal desafio a alternância contínua da gestão em curtos períodos, pois as gestões que possuem a duração de apenas um ano são compostas por estudantes universitários que muitas vezes não possuem conhecimento a respeito da função que irão exercer. Logo, de acordo com as necessidades encontradas nessas Casas do Estudante, uma premissa mencionada pelos próprios gestores em resposta à última pergunta da entrevista realizada a respeito: Qual seria o principal obstáculo que eles enxergavam para a garantia da continuidade da entidade e como isso poderia ser evitado? Compilamos as principais preocupações observadas por eles e propomos algumas possibilidades de melhorias para o seu desenvolvimento.

A preocupação mais pertinente concentrou-se na dificuldade de desenvolver as atividades atribuídas às suas funções, justificada pela falta de conhecimento. Adicionalmente, o receio da possibilidade de não haver moradores suficientes para suprir a existência da

organização e a falta de motivação para assumir cargos para o desenvolvimento das funções pertinentes acarretam maior fragilidade dentro da gestão dessas organizações.

Entender a dinâmica de uma Casa do Estudante, suas demandas e principais dificuldades e necessidades é primordial para a continuidade dessas organizações. Observa-se que o principal fator que determina a gestão de recursos são os *stakeholders*, ou seja, a entrada de moradores e a relação com as entidades que possuem influência sobre a mesma. Contudo, o déficit do uso da contabilidade como apoio reflete negativamente para uma boa gestão financeira. A Contabilidade, assim como afirma Slomski *et al.* (2012) e Figueiredo (2013), constituiu-se ferramenta para registro e controle financeiro e patrimonial da organização, contribuindo com informações relevantes que poderiam auxiliar na continuidade das Casas do Estudante, inclusive para um planejamento de melhorias e redução do risco de perdas, desconformidade ou dívidas.

Entende-se que esses problemas poderiam inicialmente ser resolvidos com a proposição de um manual, conforme a CENIBRAC trabalha para elaborar, pois auxiliaria como um tutorial ou guia de como exercer as funções dentro de um ano de gestão. Evita-se, com isso, que erros sejam repetidamente cometidos e que o conhecimento já aprendido possa ser passado adiante por meio dos registros. Sugere-se, inclusive, a elaboração de uma guia para a utilização de planilhas com informações contábeis, como por exemplo, fluxo de caixa, fundo de reserva, explicação de termos mais usados, o papel da contabilidade dentro dessas Casas e como realizar a administração das contas e dos fundos destinados aos acontecimentos extraordinários, no caso os fundos de reserva dessas Casas. Essas informações seriam repassadas de uma gestão para a próxima.

Em termos de auxílio para o uso mais efetivo da Contabilidade pelas Casas dos Estudantes no processo decisório, sugere-se que haja maior engajamento para atrelar as gestões das Casas dos Estudantes e as Instituições de Ensino Superior (IES) às áreas de negócios, que envolvem cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia. Essa possibilidade surge ainda de forma mais oportuna com a curricularização da extensão para os cursos do magistério superior, conforme estabelece a Resolução CNE/CES nº 7 de dezembro de 2018.

A curricularização da extensão pela Resolução CNE/CES nº7/2018 é voltada para as estratégias do Plano Nacional da Educação, em que as IES, de forma compulsória, precisam estabelecer as atividades de extensão como integrante da carga horária (10%) dos cursos de graduação. Nesse sentido, os estudantes passam a ser agentes de transformação social e atuam de forma colaborativa para promover a interação dialógica entre a IES e a sociedade.

No caso das Casas dos Estudantes, elas poderiam ser consideradas em Programas e Projetos de Extensão Universitários para os cursos de graduação citados, por exemplo, recebendo maior suporte para fins de gestão, uso da contabilidade e análises econômicas necessárias. Dessa forma, apesar do relato dos participantes sobre a falta de conhecimento, essa seria suprida com o apoio das Instituições de Ensino Superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender qual seria a visão dos gestores das Casas do Estudante de Curitiba sob a contabilidade, dentro do contexto da tomada de decisão em suas associações, para assim poder avaliar como seria essa interação entre a contabilidade e as associações em forma de Casas do Estudante, a fim de contribuir para pesquisas futuras acerca do tema e para o aperfeiçoamento de pesquisas direcionadas às organizações sem fins lucrativos, ainda bastante deficitárias. A partir disso, a metodologia de pesquisa utilizada foi a qualitativa, em que foi aplicada a análise de conteúdo.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa de como a contabilidade é utilizada no processo decisório de associações do Terceiro Setor sob a forma de Casa do Estudante, foram definidos cinco objetivos específicos. Com o primeiro – identificar as Casas do Estudante de Curitiba/PR e quem são os responsáveis pela tomada de decisão – foi possível chegar aos principais cargos das gestões que tinham mais contato com o dinheiro e a contabilidade da casa, pela verificação de suas atribuições em seus Estatutos. Depois, buscou-se definir quais Casas do Estudante de Curitiba/PR se enquadram no escopo da presente pesquisa. Decidiu-se por abranger somente as Casas que possuíam a natureza de associação, a fim de tornar a pesquisa mais homogênea. Em seguida, no sentido de compreender como as decisões ocorrem por parte dos responsáveis pela tomada de decisão nas Casas dos Estudantes analisadas, notou-se que as decisões giravam em torno dos *stakeholders* que compõem como um todas essas associações, tendo uma entidade terceira com uma parcela da responsabilidade pelas decisões por essas associações. O quarto e quinto objetivo – identificar e analisar se e como a Contabilidade é utilizada na tomada de decisão nas Casas do Estudante – possibilitou a compreensão de que a contabilidade é percebida pela maior parte dos gestores como uma burocracia a ser mantida. Porém, no desempenho de suas atividades, foi possível notar a sua presença, mesmo que pouco normatizada e de maneira mais informal, no uso de suas atribuições para o processo decisório.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados permitiram a avaliação dos resultados das entrevistas semiestruturadas que, por meio dos próprios gestores, estatutos que são seus atos constitutivos, atas de assembleia e referencial teórico, foi possível triangular as respostas, tornando a análise e discussão dos resultados mais plausíveis e verificáveis. Este estudo teve como limitação o direcionamento das categorias a partir da literatura científica na área. Portanto, sugere-se, em futuras pesquisas, o direcionamento das categorias a partir da análise dos dados em perspectiva indutiva, de modo a permitir outras formas de análise a fim de gerar mais conteúdos a respeito do tema e aperfeiçoar futuras pesquisas direcionadas às organizações sem fins lucrativos.

Nesse sentido, a hipótese do trabalho de que a contabilidade no Terceiro Setor para auxílio na tomada de decisão se encontrava deficitária se confirmou, com a ausência de estudos a seu respeito, e a falta de interesse tanto por parte dos entrevistados como da contabilidade, culminando em uma má comunicação entre as partes. Há várias deficiências nas suas tratativas, pois a contabilidade é utilizada nessas OTS somente a título de obrigações fiscais e vista como parte de uma burocracia da entidade, não entrando no processo decisório dessas organizações. Portanto, como contribuições desta pesquisa destaca-se o fato de tornar evidente o setor deficitário da contabilidade, como instrumento de gestão, dentro das OTS, como também possibilitar a continuidade de pesquisas futuras acerca do tema para auxiliar essas organizações em sua continuidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. C. (2021). **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. 1. ed. Summus, São Paulo.

ALMEIDA, D. B., HINTERHOLZ, M. L. (2019). A moradia estudantil como espaço de formação: memórias sobre a Casa do Estudante universitário Aparício Cora de Almeida (1963-1981). **Revista Brasileira de História da Educação**, 19, 1-25. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e055>.

ALVES, A; BONHO, F. T. (2019). Contabilidade do terceiro setor. **SAGAH**, Porto Alegre.

BARDIN, L. (2016). **Análise de conteúdo**. Edições 70, São Paulo.

CELU - Casa do Estudante Luterano Universitário. Estatuto nº 06, de 07 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre este Estatuto tem como objeto a normalização da Associação Casa do Estudante Luterano Universitário**. Recuperado em: 01 de março, 2022 de <https://www.celu.com.br/cpia-de-sobre>.

CELU - Casa do Estudante Luterano Universitário. Regimento interno, de 28 de março de 2010. **Regula-se neste Regimento todas as matérias de sua competência em conformidade às determinações do Estatuto da CELU.** Recuperado em: 01 de março, 2022 de <https://www.celu.com.br/cpia-de-sobre>.

CENIBRAC - Casa do Estudante Nipo-Brasileira de Curitiba. Estatuto e Regimento Interno da Casa do Estudante Nipo-Brasileira de Curitiba, s.d. 44.

CEUC - Casa da Estudante Universitária de Curitiba. **Estatuto da Casa da Estudante Universitária de Curitiba de 2018.** Recuperado em: 01 de dezembro, 2022 de https://drive.google.com/file/d/1ezId8_CTSs6TTOFdl1GSu9L6FfP7nQhq/view.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. (2008). **Manual de procedimentos contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social. Brasília.** https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_Manual_procedimentos2008.pdf.

COSTA, A. C. V; SILVA, M. E; GOMEZ, C. P. (2014). A Influência dos Stakeholders no processo decisório: Um estudo em uma Organização do Terceiro Setor. **Revista do CCEI – URCAMP**, 18(33), 1-15. <https://doi.org/10.30945/ccei.v18i33.48>.

FIGUEIREDO, V. C *et al.* (2013). Dificuldades de gestão das organizações não governamentais: Uma Nova Configuração do Modelo de Trabalho. In: IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, **Anais...** ANPAD.

FREEMAN, R. E; REED, D. L. (1983). Stockholders and Stakeholders: A New Perspective on Corporate Governance. **California Management Review**, 25(3), 88-106. <https://doi.org/10.2307/41165018>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro.** Recuperado em: 02 de março, 2022 de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-assocacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>.

INNOCENTI, R; GASPARETTO, V. (2021). Práticas de Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor: o Desafio da Gestão Eficiente. **Administração Pública e Gestão Social**, 13(3). <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i3.10827>.

LEONCIO, S. (2019). **Aplicabilidade dos indicadores de eficiência da gestão e desempenho econômico nas entidades do terceiro setor com enfoque na assistência social.** [Monografia em Bacharelado em Ciências Contábeis]. Universidade de Caxias do Sul. <https://repositorio.ucs.br/11338/5015>.

MÁRIO, P. D. C *et al.* (2013). **A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, 8(1), 64-79. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v8i1.13283.

PACE, E. S. U. (2009). **Metodologias de avaliação de desempenho com a criação de valor como contribuição ao planejamento das organizações sem fins lucrativos.** [Tese]. Universidade de São Paulo. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-09092009-144054/pt-br.php>.

PEREIRA, S. R *et al.* (2013). Especificidades da gestão no terceiro setor. **Revista Organizações em Contexto**, 9(18), 167-195. <https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v9n18p167-195>.

PIZA, S. C. T *et al.* (2012). A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: Um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**, 17(3), 78-97. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v17i3.5346>.

PORTULHAK, H *et al.* (2017). A qualidade da prestação de contas das entidades do terceiro setor: Uma análise a partir de sua relação com o comportamento dos doadores individuais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, 36(1), 45-63. DOI: 10.4025/enfoque.v36i1.31273.

Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União. Recuperado em: 25 de janeiro, 2023 de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.

RIBEIRO, I. I. B *et al.* (2019). **Associação entre a Composição dos Recursos Captados pelo Terceiro Setor Potiguar e as despesas por beneficiário**. Administração Pública e Gestão Social, 11(1), 69–78. <https://doi.org/10.21118/apgs.v11i1.5364>.

ROCHA, J. S *et al.* (2017). **Contabilidade Introdutória I**. [Produção de Material Didático]. Universidade Federal da Bahia. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24421/1/eBook_Contabilidade_Introdutoria-Ci%C3%A2ncias_Contabeis_UFBA.pdf

SÁ FILHO, S. H. B. (2018). **A sustentabilidade das organizações do terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Antônio Brunno Situada na cidade de São Luís - Ma**. [Monografia em Bacharelado em Administração]. Setor Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão. <http://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/844>.

SANTOS, F. S. C. (2020). **Casa do Estudante Universitário**. [Monografia em Bacharel em Arquitetura e Urbanismo]. Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Curitiba. https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17764/1/FERNANDA%20SOARES%20_%20monografia.pdf.pdf.

SLOMSKI, V *et al.* (2012). Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional, aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. **Grupo GEN**, Atlas, São Paulo.

SOUZA, L. A *et al.* (2017). Proposta de controles financeiros para organizações do terceiro setor. **Revista Terceiro Setor & Gestão de Anais-UNG-Ser**, 11(1), 88-106.

TACHIZAWA, T. (2019). **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 7. ed., Atlas, São Paulo.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

PARASTCHUK, R. H; SILVA, A. N. N; SEMIDI, C. B. E; HAMM, J. C; AZEVEDO S. U. Contabilidade na Tomada de Decisão em Organizações do Terceiro Setor: Um Estudo a Partir da Visão da Gestão das Casas do Estudante de Curitiba. **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 6, art. 5, p. 86-111, jun. 2024.

Contribuição dos Autores	R. H. Parastchuk	A. N. N. Silva	C. B. E. Semidi	J. C. Hamm	S. U. Azevedo
1) concepção e planejamento.	X	X	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X				X